JORNAL MENSAL DA ASSOCIAÇÃO
DOS MAGISTRADOS MINEIROS

AMAGIS

DECISÃO

EDIÇÃO 220 MAIO 2020

Mobilização garante veto à redução de subsídios
PÁGINA 3

TRE-MG terá novo presidente em junho
PÁGINA 6

AMAGIS ITINERANTE 65 ANOS

Receba informações da Amagis pelo Whatsapp ou Telegram
(31) 99881-4367
Envie-nos uma mensagem solicitando a inclusão na lista

Rua Albita, 194 - Cruzeiro - Belo Horizonte MG CEP 30.310-160

Presidente eleito do TJMG inicia transição de gestão

FOTOS: AMAGIS

Futura direção do Tribunal com o desembargador Nelson Missias, presidente do TJ

Gilson Soares Lemes e Alberto Diniz

Eleito presidente do TJMG, no dia 16 de abril, o desembargador Gilson Soares Lemes deu início à transição de gestão para o biênio 2020/2022. Ao final do pleito, o magistrado, que irá suceder o presidente do Tribunal, desembargador Nelson Missias de Morais, ressaltou a importância da parceria institucional com a Amagis, que pretende manter na próxima gestão. A futura diretoria tomará posse no dia 1º de julho.

PÁGINAS 4 E 5

+SAÚDE!

AMAGIS SAÚDE DISPONIBILIZA CONSULTAS ONLINE

PÁGINA 24

CRISE NÃO SERÁ RESOLVIDA SEM DIÁLOGO

POR ALBERTO DINIZ*

"Como a Justiça, a Amagis também não para e mantém a vocação em favor da democracia, Constituição e da independência dos magistrados"

Nesse cenário atípico de pandemia e instabilidade geral, reafirmamos, mesmo remotamente, a vocação de nossa Amagis na defesa da democracia, da Constituição, dos magistrados e de sua independência no desempenho de sua missão constitucional.

Por meio da união das diversas Associações de Magistrados e de outras carreiras, conseguimos barrar, em março, a discussão e votação da PEC 186/19 (Emergencial), que prevê redução de salários. Como essa, a PEC 10/20 (Orçamento de guerra), foi aprovada, em abril, com a rejeição da emenda que reduzia salários do servidor público.

Graças a essa atuação, foi derrubada a proposta de suspender, em situações de calamidade, a irredutibilidade de proventos e subsídios garantida na Constituição. Ambas as iniciativas são inconstitucionais, ofendem a autonomia do Judiciário e violam a irredutibilidade remuneratória.

Com a decisão, o Congresso Nacional preservou o texto constitucional e impediu perdas às carreiras típicas de estado sob o argumento de crise. Por isso, a vigilância é fundamental para alertar deputados e senadores sobre outras iniciativas, como o Plano Mansueto (PLP 149/19), que, sem interlocução, causam impactos negativos nas carreiras de estado.

Ninguém poderá, sozinho, resolver a crise fiscal e sanitária do País. Estamos abertos ao diálogo com o Executivo, Legislativo e Judiciário, participando ativamente do atual debate na construção de medidas eficientes e que respeitem as garantias constitucionais da Magistratura e de outras carreiras.

Ao mesmo tempo, investimos em campanhas como a da #Justiçanãopara com o objetivo de reforçar a atuação do Judiciário, nessa pandemia, em defesa dos diretos e interesses da sociedade.

Na oportunidade, saudamos e desejamos sucesso aos colegas eleitos para comandar o nosso Tribunal no próximo biênio. Cumprimentamos todos pelo espírito democrático de participação e construção do futuro do Judiciário mineiro.

Também na Amagis Saúde, investimos nos cuidados com a saúde de toda a classe, com a ampliação de convênios e de consultas on-line, para identificar a ameaça do coronavírus. Como a Justiça, a Amagis também não para.●

[*] Presidente da Amagis

ÍNDICE

D!

- Congresso aprova PEC 10 e rejeita redução de subsídios **PÁG 03**
- Futura diretoria do TJMG tomará posse em 1º de julho **PÁG 04**
- Conheça os dirigentes eleitos do Tribunal de Justiça **PÁG 05**
- Justiça Eleitoral mineira terá nova direção ao próximo biênio **PÁG 06**
- TRE-MG adota novas rotinas e mantém trabalho na pandemia **PÁG 07**
- Justiça Militar: importância histórica e justificação democrática **PÁG 08**
- Sede própria foi conquista da classe **PÁG 09**
- Ejef adapta cursos para o formato de ensino a distância **PÁG 11**
- Com inovação tecnológica, o Judiciário não para **PÁG 12**
- Entrevista: Juíza Maria Consentino **PÁG 15**
- Cejuscs orientam sobre auxílio emergencial **PÁG 16**
- Recursos de pena pecuniária equipará leitos contra o Covid-19 **PÁG 17**
- Amagis apoia campanha de combate à fome **PÁG 18**
- Pensamento Jurídico inova com gravação remota **PÁG 19**

+SAÚDE!

- Plano habilita mais conveniados para testes do coronavírus **PÁG 22**
- Conselho Gestor avalia medidas do plano contra a pandemia **PÁG 23**

PRESIDENTE
Desembargador Alberto Diniz Junior

Vice-presidente Administrativo:
Juiz Luiz Carlos Rezende e Santos
Vice-presidente Financeira:
Juíza Luzia Divina de Paula Peixôto
Vice-presidente de Saúde:
Juíza Rosimere das Graças do Couto
Vice-presidente dos Aposentados e Pensionistas:
Juíza Marli Maria Braga Andrade
Vice-presidente do Interior:
Juiz Paulo Fernando Naves de Resende
Vice-presidente Sociocultural-Esportivo:
Juiz Jorge Paulo dos Santos
Diretora-Secretária:
Juíza Ivone Campos Guillarducci Cerqueira
Diretor-Subsecretário:
Juiz Evandro Cangussu Melo
Diretora de Comunicação:
Juíza Cristiana Martins Gualberto Ribeiro

AMAGIS ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS MINEIROS

Rua Albita, 194 · Cruzeiro - Belo Horizonte · MG - Telefax: (31) 3079-3499
e-mail: imprensa@amagis.com.br - www.amagis.com.br

Coordenador de Comunicação:
Bruno Gontijo ·
Mtb - MG: 11008

Jornalistas:
Georgia Baçvaroff · Mtb - MG: 08441
Fernanda Marques · Mtb - MG: 12188
Tiago Parrela · Mtb - MG: 14634
Izabela Machado · Mtb - MG: 11210

Projeto Gráfico:
Agência Graffo
Diagramação:
Publicare Design
Pré-impressão/Impressão:
Gráfica e Editora Del Rey

TIRAGEM: 2.300 EXEMPLARES

Congresso aprova PEC 10 e rejeita redução de subsídios

Amagis mantém interlocução com os Poderes na quarentena

EDILSON RODRIGUES/AGÊNCIA SENADO

PEC 10/2020, do Orçamento de Guerra, foi votada em sessão virtual do Senado

Ao aprovar, em 17 de abril, a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 10 de 2020, conhecida como Orçamento de Guerra, o Senado Federal manteve a decisão da Câmara dos Deputados, do dia 3 do mesmo mês, rejeitando o dispositivo sobre a redução de salários dos servidores públicos.

De acordo com a emenda, apresentada por deputados do partido Novo, durante o período da crise do novo coronavírus (Covid-19), as garantias de irredutibilidade de proventos e subsídios previstas na Constituição Federal seriam suspensas. Caso tivesse sido aprovada, os vencimentos dos servidores públicos poderiam sofrer, por tempo determinado, um corte de 26% a 50%, quando decretado estado de calamidade pública.

O presidente da Amagis, desembargador Alberto Diniz, destacou a importância da decisão do Congresso Nacional que, de acordo com ele, preserva o texto constitucional e impede a penalização das carreiras típicas de estado, sob a justificativa da crise.

Alberto Diniz ressaltou que, mesmo como os esforços concentrados para garantir o bem-estar da Magistratura mineira no enfrentamento da pandemia do coronavírus, a Amagis está atenta à tramitação de projetos de interesse da classe a fim de impedir tentativas de retrocessos, como a que estava prevista na PEC 10.

Foi com esse mesmo empenho, que, em março, após mobilizações da Associações de classe organizadas na Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público (Frentas), da qual a Amagis é integrante, que o Congresso Nacional suspendeu, temporariamente, a PEC 186 de 2019, nomeada como PEC Emergencial.

Na avaliação do presidente Alberto Diniz, a chamada PEC Emergencial e emenda apresentada à PEC 10 são inconstitucionais, ofendem a autonomia do Judiciário e violam a garantia de irredutibilidade remuneratória dos servidores públicos.

Futura diretoria do TJMG tomará posse em 1º de julho

Gilson Lemes foi eleito presidente do Tribunal para 2020/2022

Com a experiência de quem atuou na gestão do TJMG nos últimos dois anos, o desembargador Gilson Soares Lemes foi eleito, no dia 16 de abril, presidente do Tribunal para o biênio 2020/2022. O magistrado obteve 81 votos contra 51 do concorrente, desembargador André Leite Praça. O número de desembargadores votantes foi de 134 dos 140.

A posse da futura diretoria está prevista para o dia 1º de julho, período em que, provavelmente, como observou Gilson Lemes, a sociedade ainda estará convivendo com as restrições impostas pela pandemia do novo coronavírus (Covid-19). O futuro presidente do Tribunal adiantou que uma comissão de transição foi instalada neste mês, para que as medidas a serem tomadas possam garantir a continuidade do trabalho dos magistrados e servidores, com resposta rápida aos jurisdicionados.

O desembargador ressaltou a importância de manter a boa interlocução com o governador Romeu Zema, o presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, Agostinho Patrus, e com o presidente da Amagis, desembargador Alberto Diniz. "A Amagis é fundamental, pois congrega os magistrados mineiros. A atuação da Associação junto ao Tribunal facilita para que tenhamos um contato mais próximo com os magistrados. É importante que o presidente da Associação também possa participar da administração, trazendo notícias, requerimentos e sugestões importantes, que vão ajudar os magistrados", afirmou.

"A expectativa da Amagis é manter a harmonia entre os colegas para levarmos à frente nossa bandeira do associativismo, que é muito importante para a carreira", disse Alberto Diniz ao saudar os eleitos e a todos os que participaram democraticamente da construção do futuro do Tribunal.

AMAGIS

Diretoria eleita do TJMG no salão do Órgão Especial do Tribunal

Ao comentar o resultado, Gilson Lemes afirmou que a votação foi expressiva e uma forma de reconhecimento da gestão do atual presidente do TJMG, desembargador Nelson Missias de Morais, na qual ele atua, hoje, como superintendente administrativo adjunto. "Vamos, todos nós, trabalharmos juntos e firmes porque estamos vivendo um momento muito difícil e teremos meses difíceis pela frente. Conclamo a todos para que possamos ter uma administração unida", afirmou.

O desembargador Nelson Missias, presidente do TJMG, destacou as qualidades do sucessor a quem considera um magistrado preparado para administrar o Tribunal, por ser um magistrado que respeita o Estado de Direito, a democracia e o cidadão. "Um homem preparado, experiente, conhece a delicadeza das relações institucionais e conhece este Tribunal de Justiça como ninguém", comentou.

Nelson Missias também falou sobre a importância da interlocução com a Amagis. "A Associação tem sido muito importante e ajudado a apontar rumos para o Tribunal. O presidente, Alberto Diniz é um parceiro, participou da gestão conosco antes de presidir a entidade. Portanto, há uma relação absolutamente republicana, respeitosa e de resultados", disse.

Durante o pleito, também foram eleitos os desembargadores José Flávio de Almeida para o cargo de 1º vice-presidente; Tiago Pinto, para a 2ª vice-presidência; Newton Teixeira Carvalho, para a 3ª Vice-presidência. O futuro corregedor geral de Justiça será o desembargador Agostinho Gomes de Azevedo e o desembargador Edison Feital Leite será o vice-corregedor-geral de Justiça. Os membros do Órgão Especial e Conselho da Magistratura também foram escolhidos na votação.

ÓRGÃO ESPECIAL E CONSELHO DA MAGISTRATURA

ÓRGÃO ESPECIAL
Sérgio Xavier
Wanderley Paiva
Maurício soares
Carlos Roberto faria
Corrêa Júnior
Amauri Pinto Ferreira
Júlio Gutierrez

SUPLENTES
Marco Aurélio Ferenzini
Mônica Libânio
Manoel dos Reis Morais
Renato Dresch
Carlos Henrique
Pedro Vergara
Furtado de Mendonça

CONSELHO DA MAGISTRATURA
Ramom Tácio
Octávio Bocalini
Vicente de Oliveira
Lilian Maciel
Octávio de Almeida Neves
Eduardo Machado

Conheça os dirigentes eleitos do Tribunal de Justiça

Posse dos desembargadores está prevista para o dia 1º de julho

FOTOS: AMAGIS

"Vamos, todos nós, trabalharmos juntos e firmes porque estamos vivendo um momento muito difícil e teremos meses difíceis pela frente. Conclamo a todos para que possamos ter uma administração e unida"
Gilson Soares Lemes, presidente eleito do TJMG

"Estaremos atentos a todas as necessidades tecnológicas para nosso trabalho na prestação jurisdicional, trabalhando sempre para o engrandecimento do Tribunal de Justiça"
José Flávio de Almeida, 1º vice-presidente eleito

"A formação continuada é um processo educativo extremamente importante, porque atua nas áreas profissionais que estão fora das habilidades normais do magistrado"
Tiago Pinto, 2º vice-presidente eleito e futuro Superint. da Ejef

"Temos que ir ao encontro das pessoas necessitadas e propor acordos e soluções. Se assim fizermos, prestaremos um grande serviço à sociedade, evitando que demandas cheguem ao Judiciário"
Newton Teixeira Carvalho, 3º vice-presidente eleito

"Vamos seguir as metas traçadas e delineadas na minha proposta de gestão e dar continuidade à atual gestão, no sentido de modernidade e democracia"
Agostinho Gomes de Azevedo Eleito, corregedor-geral de Justiça eleito

"Da minha parte, vou aguardar qualquer pedido de cooperação do corregedor-geral de Justiça, desembargador Agostinhos Gomes. Estarei pronto para servir ao Tribunal quando necessário"
Edison Feital Leite, vice-corregedor-geral de Justiça eleito

Justiça Eleitoral mineira terá nova direção ao próximo biênio

Alexandre Victor de Carvalho foi eleito presidente

O TRE-MG elegeu, em sessão virtual realizada no dia 13 de abril, o desembargador Alexandre Victor de Carvalho para a Presidência do Tribunal Eleitoral mineiro e o desembargador Marcos Lincoln dos Santos para a Vice-presidência e Corregedoria da Justiça Eleitoral de Minas. A posse está prevista para 18 de junho e o mandato é para o biênio 2020/2021.

O desembargador Alexandre Victor de Carvalho é, hoje, vice-presidente e corregedor da gestão do desembargador Rogério Medeiros, atual presidente do TRE-MG. Natural de Governador Valadares(Leste), Carvalho é formado pela Faculdade de Direito da UFMG, desembargador desde 2005 e, em 2018, fez parte da Comissão que tratou dos processos da propaganda eleitoral.

"Tudo farei para estar à altura de tamanha responsabilidade e trabalharei incessantemente para que a Justiça Eleitoral Mineira continue a cumprir, como sempre o fez, a sua nobre missão Constitucional. Rogo a Deus que nos proteja e nos ilumine, a mim e ao desembargador Marcos Lincoln, eleito vice-presidente para o mandato 2020/2021", disse o futuro presidente do TRE-MG após sua eleição.

CLÁUDIA RAMOS/CCS/TRE-MG

Alexandre Victor de Carvalho

ROBERT LEAL/TJMG

Marcos Lincoln dos Santos

Natural de Elói Mendes (Sul), o desembargador Marcos Lincoln do Santos se graduou em Direito pela Faculdade de Direito de Varginha, ingressou na Magistratura como juiz auxiliar em 1989, na Comarca de Patrocínio, e foi juiz eleitoral na Comarca de Ouro Fino e na 30ª Zona Eleitoral de Belo Horizonte. O magistrado é desembargador desde 2007 e é membro substituto da Corte Eleitoral mineira desde 2018.

**Com informações do TRE-MG*

TRE-MG adota novas rotinas e mantém trabalho na pandemia

Tribunal promove cidadania com campanha de doação de leite

Notoriamente reconhecida por promover inovações tecnológicas, como a adoção da urna eletrônica, a Justiça Eleitoral lançou mão dos recursos tecnológicos para garantir o trabalho de magistrado e servidores durante a quarentena.

Em abril, pela primeira vez em sua história, o TRE-MG passou a realizar, inicialmente, sessões virtuais para o julgamento de processos que não dependem sustentação oral. "Isso (sessões virtuais) já era de praxe na justiça comum, mas, na eleitoral, foi a primeira vez que realizamos", disse o presidente do TRE-MG, desembargador Rogério Medeiros.

De acordo o desembargador Rogério Medeiros, a sessão foi bem-sucedida. A avaliação positiva também é feita pelo desembargador Alexandre Victor de Carvalho, vice-presidente e presidente eleito do TRE-MG (*saiba mais na página 6*). "O fato de as pessoas não precisarem se deslocar até o Tribunal, ou seja, não perderem o tempo do deslocamento, tem feito com que o trabalho renda e tenha cada vez mais foco e resultados", comentou.

Desembargador Rogério Medeiros, presidente do TRE-MG

Uma das preocupações de pré-candidatos e eleitores em todo o País é com relação à manutenção ou adiamento dos prazos eleitorais. Na avaliação do desembargador Rogério Medeiros, não existe, hoje, a necessidade de adiar o calendário eleitoral. "Nós trabalhamos com prazos. E, se a quarentena acabar em cerca de dois meses, os prazos eleitorais estão dentro do esperado", afirmou.

CIDADANIA

Ao mesmo tempo em que inova para manter a atuação da Justiça Eleitoral durante a pandemia, o TRE-MG promove cidadania. No dia 29 de abril, o Tribunal Eleitoral lançou a campanha "Distribua Amor", que, até o dia 28 deste mês, arrecadará leite em pó e longa vida para doar a pessoas necessitadas. A proposta surgiu de uma conversa entre o juiz ouvidor do TRE-MG, Nicolau Lupianhes, e o juiz Paulo Tamburini. As doações podem ser entregues na sede do Tribunal ou por meio de depósito na conta da Associação dos Servidores do TRE-MG. *Saiba mais no site tre-mg.jus.br.*

TJMMG cria comissão contra Covid-19

Tribunal Militar adotou sessões virtuais para manter a celeridade

Com o objetivo de minimizar os impactos da crise do coronavírus (Covid-19), o Tribunal de Justiça Militar de Minas Gerais (TJMMG) instalou uma comissão especial de prevenção ao contágio da doença e de monitoramento das medidas estabelecidas pelo CNJ e o TJMG.

De acordo com o novo presidente do TJMMG, juiz Fernando José Armando Ribeiro, a comissão atua para dar proteção aos servidores e evitar a propagação do contágio e, concomitantemente, garantir que a Justiça continue sempre funcionando. "Os juristas, aplicadores do Direto, também dizem respeito ao cuidado humano. E a Justiça não pode parar", afirmou.

O presidente do TJMMG ressaltou que servidores e magistrados estão trabalhando em regime de plantão extraordinário, e ponderou que essa nova dinâmica pode durar enquanto permanecer a situação de emergência de saúde pública enfrentada pelo País hoje. "Magistrados e servidores continuam a trabalhar em regime de teletrabalho, utilizando a ferramenta tecnológica disponível", disse Fernando Armando. *Leia na página seguinte, na seção Painel da Magistratura, artigo do presidente do TJMMG sobre a Justiça Militar.*

Fernando Armando, presidente do TJMMG

JUSTIÇA MILITAR: IMPORTÂNCIA HISTÓRICA E JUSTIFICAÇÃO DEMOCRÁTICA

FERNANDO ARMANDO RIBEIRO*

A partir da segunda metade do século XX, o acesso à Justiça ganha importância nos debates mundiais sobre o Direito, tanto na academia quanto nas instâncias públicas e, mais especialmente, no âmbito do Poder Judiciário. No Brasil, a Constituição de 1988 veio trazer toda uma renovação do pensamento jurídico no que tange às possibilidades de acesso à justiça. Tal ampliação trouxe em seu bojo um profundo desafio aos órgãos vocacionados à aplicação do Direito, trazendo especialmente ao Judiciário uma situação paradoxal de crise e de crescente importância, na qual ainda nos encontramos inseridos. De fato, a tradição 'judiciarista' da história republicana brasileira nunca foi tão incrementada.

presidência do colegiado (Conselho Permanente de Justiça e Conselho Especial de Justiça) e a atribuição de redigir a sentença produzida pelo órgão colegiado.

São atuais e dotadas de grande sentido as palavras do ministro Moreira Alves, ex-presidente do STF, quando diz que:

> Sempre haverá uma Justiça Militar, pois o juiz singular, por mais competente que seja, não pode conhecer das idiossincrasias da carreira das armas, não estando, pois, em condições de ponderar a influência de determinados ilícitos na hierarquia e disciplina das Forças Armadas.[1]

A prática dos julgamentos na Justiça Militar (Federal e Estadual) tem demonstrado a grande importância das pré-compreensões trazidas pelos juízes militares, advindas de sua experiência na caserna. O escabinato tem como função precípua, como diz Maria Elizabeth Teixeira Rocha, "permitir aliar a experiência dos comandantes que atingiram o ápice das carreiras [...] com o inegável conhecimento jurídico dos magistrados civis".[2] Percebe-se, portanto, uma feliz ampliação e enriquecimento das pré-compreensões, tornando as decisões mais justas por propiciarem uma junção da formação e vivência profissional dos magistrados militares com a formação técnico-jurídica dos julgadores togados.

A fundação da modernidade foi marcada pelo compromisso dos homens com determinados valores, então convertidos em preceitos jurídicos de força normativa constitucional. Entre eles, destaca-se, com grande evidência, a segurança pública. Segundo filósofos do porte de Hobbes, Locke e Rousseau, sua busca constitui-se na razão de ser da própria criação do Estado de Direito. Sua presença reflete-se tanto na declaração de 1789, como na célebre Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU, que no seu artigo 3º dispõe que: "Todo indivíduo tem o direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal". Ao contrário do que alguns pretendem fazer crer, segurança pública é, sim, direito fundamental de primeira grandeza! No Brasil, esta carece de concretização e efetividade, não de redução do aparato institucional voltado para garanti-la.

A Justiça Militar é a responsável pela manutenção da ordem no interior das instituições militares, que possuem a atribuição constitucional de garantia e preservação da ordem democrática brasileira. Em seus 83 (oitenta e três) anos de história, a Justiça Militar de Minas Gerais tem dado mostras de seu compromisso democrático, de importância para a Segurança Pública e a ordem constitucional do Estado, afirmando diuturnamente seu compromisso com a eficiência e celeridade da prestação jurisdicional.●

"A ESTRUTURA E COMPOSIÇÃO DA JUSTIÇA MILITAR DÃO VAZÃO A ALGUMAS DAS MELHORES CONSTRUÇÕES ACERCA DO JUIZ NATURA, GARANTINDO AOS MILITARES UM ACESSO CÉLERE E EFICAZ A UMA JUSTIÇA JUSTA"

(*) Pós-Doutor em Direito pela Universidade da Califórnia em Berkeley (EUA), doutor em Direito pela UFMG, professor da PUC-Minas, juiz presidente do Tribunal de Justiça Militar de Minas Gerais

1 ALVES, J. C M. A Justiça Militar da União, pelo seu novo presidente. Direito Militar, v. 2, n. 13, p. 3-6, set./out. 1998.
2 ROCHA, M. E. G. T. A Justiça Militar da União da Constituição de 1988. **Âmbito Jurídico**, a. 14, n. 84, jan. 2011. Disponível em: http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=8796. Acesso em: 26 abr. 2013.

Sede própria foi conquista da classe

Prédio da Amagis foi inaugurado na gestão Lincoln Rocha

Com a força e união da Magistratura mineira, a Amagis inaugurou, no dia 21 de maio de 1983, sua sede própria no Bairro Cruzeiro, em Belo Horizonte. O prédio, batizado como o nome do desembargador Lincoln Rocha, foi construído na primeira gestão dele no comando da Associação (1982–1985) e, neste mês, completa 37 anos.

O terreno para a construção do prédio foi doado, em dezembro de 1979, pelo então prefeito de Belo Horizonte Maurício Campos, e a escritura foi lavrada em janeiro de 1980. Definido o local de construção da sede, o próximo desafio seria conseguir os recursos necessários para a construção do prédio.

Em entrevista aos pesquisadores do Memorial da Amagis, o desembargador Caetano Carelos, tesoureiro da gestão da época, disse que todo o dinheiro arrecadado com as contribuições dos associados era aplicado nos bancos. Foi assim, com o apoio da Magistratura mineira, que a sede da Amagis foi construída. Para Carelos, a construção do prédio foi um dos marcos para o progresso da Associação.

Antes de inaugurar o edifício-sede, a Amagis contava com uma sede campestre na Pampulha (norte de BH), inaugurada em 30 de fevereiro 1982, onde eram realizadas confraternizações e que, por isso, davam ao imóvel um caráter mais social. Nesse período, a Associação funcionava administrativamente em uma sala cedida pelo TJMG.

AMAGIS

Sede da Amagis, em Belo Horizonte, completa 37 anos neste mês

Após a inauguração da sede, o desembargador Lincoln Rocha resolveu investir na construção do Parque Esportivo da Amagis, conforme disse a viúva do magistrado, pensionista Maria Auxiliadora Libânio Rocha, aos historiadores do Memorial da Amagis. "Quando ele resolveu fazer essa sede, a Amagis não tinha mais dinheiro. Ele foi ao banco e arrumou um empréstimo alto. Quando ele chegou em casa, fiquei muito brava", revelou Maria Libânio e completou: "E assim era nossa vida. A Amagis era tudo na vida dele. Tudo, tudo, tudo. Ele não media consequências com a Amagis", comentou.

Atualmente, o Parque Esportivo da Amagis oferece aos associados sauna, piscinas aquecidas, academia, salão de jogos, quadras poliesportivas e restaurante. No mesmo espaço, funciona o Centro de Apoio ao Magistrado em Trânsito, com 16 apartamentos destinados aos associados do interior que estejam de passagem por Belo Horizonte.

Nesses 36 anos, a sede da Amagis passou por várias reformas, seja de manutenção, ampliação ou modernização de suas instalações. Nela, funcionam o gabinete da Presidência da Amagis, a Assessoria de Comunicação, os Departamentos de Administração e Patrimônio, Jurídico, Financeiro, Pessoal, de Informática, a Comissão de Segurança. E mais, o Amagis Saúde, ambulatórios da assistência odontológica e médicos do programa 'Amor à Vida', Memorial da Amagis, auditório e o salão de festas. No prédio, funcionam várias salas alugadas para terceiros, cuja locação gera renda para a Associação.

Convênios

Acesse a área de convênios no site da Amagis e economize tempo e dinheiro

Em www.amagis.com.br, vá até a seção "Institucional" e clique em "Convênios"

ATUAMOS EM TODOS OS PROCESSOS DO LEILÃO

PRÉ LEILÃO
Levantamento fotográfico, de documentação e georreferenciamento de imóveis rurais.

AVALIAÇÃO
Com aplicação da metodologia do Conselho Federal de Corretores de Imóveis (CONFECI) e normas da ABNT.

EDITAL
Confecção de editais de fácil compreensão e publicação.

INTIMAÇÃO
Providenciamos a intimação das partes, co-proprietários e credores com o objetivo de evitar qualquer nulidade.

MÍDIAS
Divulgação em jornais de ampla circulação, rádio, tv, redes sociais (Youtube, Facebook, Instagram), sites próprios, sites de venda, telemarketing, e-mail...

PUBLICIDADE
Personalização do plano de Marketing e análise de público alvo. Usando as características do item como influenciadora da venda.

REALIZAÇÃO
Com sistema e plataforma exclusiva para realização de leilões eletrônicos, disponibilizamos também auditório para realização de leilões simultâneos.

GUIA DE DEPÓSITO JUDICIAL
Confecção e acompanhamento do pagamento da guia de depósito judicial mesmo em casos de parcelamento.

PÓS LEILÃO:
Fechamento do leilão com entrega de relatório detalhado ao comitente e amplo suporte aos arrematantes.

Leiloeiros devidamente cadastrados
no sistema AJG
Resolução 882/2018 artigo 18
(indicação direta)

fernandoleiloeiro.com.br

jonasleiloeiro.com.br

lucasleiloeiro.com.br

Contrate nossos serviços:

www.mgl.com.br | 37 3242-2218 | 37 99827-5613 | leiloesmg@leiloesmg.com.br

Administração judicial com atuação em diversas comarcas:

Jacutinga/MG

Carmo do Cajuru/MG

MuzambinhoMG

Pirapora/MG

Passa Quatro/MG

dentre outras...

GRUPO CRÉDITO

Contato - Fernando C. Moreira Diretor - (37) 99947-7742 fernando@grupocredito.com.br

Ejef adapta cursos para o formato de ensino a distância

Medida visa garantir a formação permanente na pandemia

Para dar continuidade às atividades de formação permanente de magistrados, servidores e colaboradores durante a pandemia do novo coronavírus (Covid-19), a Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes (Ejef) está adaptando os cursos presenciais para a modalidade de ensino a distância.

Segundo a desembargadora Áurea Brasil, 2ª vice-presidente do TJMG e superintendente da Ejef, a realização dos cursos em ambiente virtual tem como objetivo manter o planejamento previsto para este semestre. "Nosso desafio é continuar prestando a formação aos magistrados, servidores e colaboradores, ampliando a oferta de ações educacionais a distância, e mantendo a qualidade que a Escola sempre dedica aos trabalhos que desenvolve", reafirmou. Uma das primeiras atividades que foram adaptadas para o ambiente virtual foi o 11º Encontro do Programa Reflexões e Debates, realizado no dia 24 de abril. O tema abordado foi o Pacote Anticrime, tendo como expositor o juiz Thiago Colnago Cabral e mediador, o juiz Thiago Gandra. Para este mês, estão previstos cursos sobre paternidade responsável e violência doméstica.

Desembargadora Áurea Brasil, 2ª vice-presidente do TJMG e superintendente da Ejef

Outra medida adotada pela Ejef para instrumentalizar a prática dos magistrados foi organizar no Boletim Jurisprudência, veiculado semanalmente na biblioteca virtual do TJMG, informes oficiais, legislação, jurisprudência e decisões relacionadas à pandemia do coronavírus.

Enfam lança centro virtual de apoio a juízes no isolamento social

Iniciativa inclui repositório de decisões e sentenças judiciais

Diante da possiblidade de judicialização relacionada ao novo coronavírus (Covid-19), a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam), em parceria com o Centro Nacional de Inteligência da Justiça Federal, criou um repositório de decisões e sentenças para auxiliar os magistrados em casos relacionados à doença.

O sistema dispõe de um banco de dados com artigos, sentenças, decisões, notas técnicas, manuais e links úteis. Por ser uma plataforma colaborativa, a expectativa da Enfam é de que juízes e desembargadores disponibilizem suas decisões e sentenças no repositório para que possam ser apreciadas por toda a Magistratura.

O repositório integra o Centro de Apoio à Magistratura Brasileira – Covid-19, um ambiente virtual no qual há fóruns de discussões criados com o objetivo de discutir novas ações judiciais ou dúvidas surgidas durante a jurisdição. Esse ambiente também conta com compilações de ações dos Centros de Inteligência Judiciários voltados para a gestão judicial da pandemia.

Outra iniciativa da Enfam para dar suporte aos magistrados durante o isolamento social, imposto pela pandemia do coronavírus, é a realização de cursos na modalidade de Ensino a Distância (EaD). Acesse o Centro de Apoio à Magistratura Brasileira – Covid-19, o repositório de decisões e sentenças e tenha mais informações sobre os cursos no site enfam.jus.br.

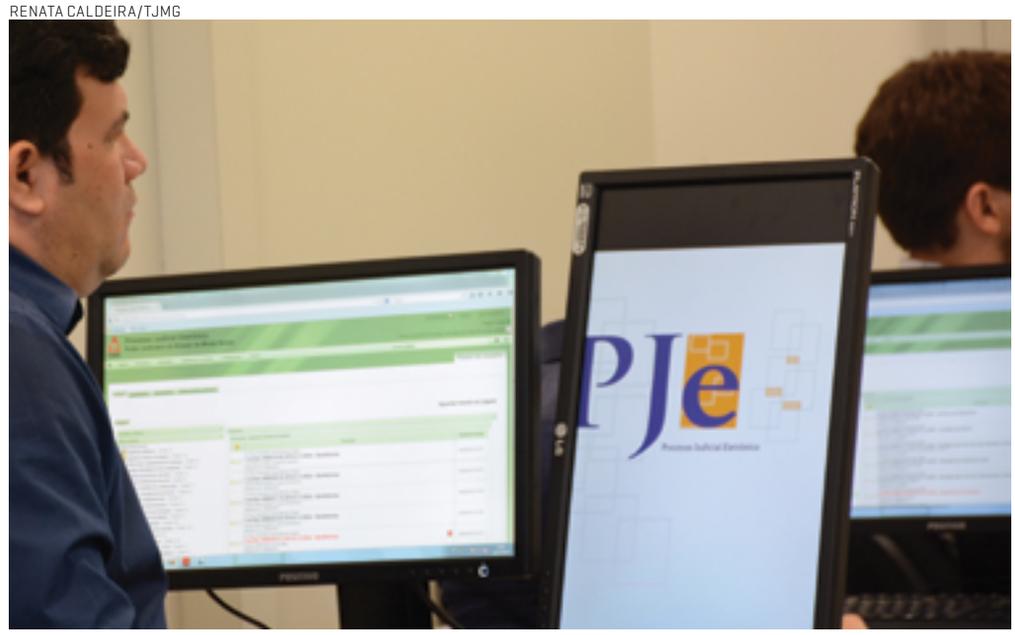
**Com informações da Enfam*

Com inovação tecnológica, o Judiciário não para

Processo virtual contribuiu com o trabalho dos juízes na pandemia

POR IZABELA MACHADO

RENATA CALDEIRA/TJMG



Processo Judicial Eletrônico permite a prática de atos processuais pelos magistrados

O processo de virtualização no Poder Judiciário mineiro deu um salto nos dois últimos meses com as restrições impostas pela pandemia do novo coronavírus. Trabalho remoto, audiências, sessões de julgamento e reuniões virtuais, atendimento a distância e comunicação de atos eletronicamente passaram a ser adotados em larga escala no Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG). O objetivo é assegurar a prestação jurisdicional ao cidadão. E os números mostram que o Judiciário mineiro está cumprindo – e bem – sua missão constitucional.

Do dia 19 de março, quando começou a vigorar o trabalho remoto com atendimento presencial apenas em esquema de plantão, até o dia 29 de abril, o TJMG já havia executado 6.433.854 atos processuais.

Nesse período, foram 5.173.486 movimentações processuais, 609.412 despachos, 155.208 decisões de juízes e desembargadores e 165.189 julgamentos.

Foram distribuídas 161.385 novas ações e recursos impetrados pelos advogados, com 155.796 baixas e 13.378 audiências realizadas na 1ª e 2ª Instâncias.

O 1º vice-presidente do TJMG, desembargador Afrânio Vilela, atribuiu a alta produtividade dos magistrados mineiros nesse período ao comprometimento com o atendimento do interesse público na prestação da jurisdição à sociedade por parte dos desembargadores, juízes, assessores e servidores e aos investimentos na modernização. "Esses fatores impediram que houvesse um colapso na prestação jurisdicional, mesmo abrindo mão do trabalho físico e presencial, nesse momento não recomendados pelos organismos de saúde nacionais e internacionais", disse o magistrado.

A direção do TJMG vem avançando no terreno tecnológico de forma a disponibilizar aos juízes, desembargadores e servidores, e também aos que operam junto ao Judiciário, mecanismos de trabalho remoto, com suficiência e eficiência. Intimações, por exemplo, têm sido feitas por meio do aplicativo WhatsApp. Os grupos de discussão temática também. "Recentemente, a Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes (Ejef) disponibilizou um determinado curso. A 1ª Vice-Presidência criou um grupo e remeteu a

"Esses fatores (de modernização) impediram que houvesse um colapso na prestação jurisdicional, mesmo abrindo mão do trabalho físico e presencial"

Desembargador Afrânio Vilela

mensagem, que antes fora enviada por e-mail. Em 24 horas, eram 130 inscrições de 135 possíveis, o que fez aumentar a abrangência da ação educativa prevista. Isso mostra o poder da comunicação", ressaltou o desembargador.

O Tribunal mineiro já está preparado para sessões virtuais e remotas, com possibilidade de sustentação oral via mídia remetida previamente, e, ainda em fase avançada de testes, de sessão em tempo real por videoconferência.

"Nossas sessões já são gravadas e as notas taquigráficas, transcritas digitalmente. Estamos ultimando a importação dos agravos em execução penal via Sistema Eletrônico de Execução Unificada (SEEU). No dia 28 de abril, distribuímos 650 agravos em execução penal pelo meio eletrônico, importados do SEEU. Tudo com tecnologia própria, basicamente sem custos para o Judiciário, aproveitando a inteligência de nossos servidores", destacou Afrânio Vilela.

PJE

No campo das inovações, o Processo Judicial Eletrônico (PJe) se mostrou um caminho irreversível para todos os órgãos do Poder Judiciário e um dos pilares dessa virtualização. Na atual gestão, o TJMG complementou o PJe no primeiro grau, levando-o a 100% nos processos cíveis em todas as 297 comarcas mineiras. Atualmente, a expressiva maioria dos recursos físicos é digitalizada no momento de sua protocolização. Trata-se de um trabalho do Projeto Feneis – Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos. Cada servidor digitaliza, em média, 30 volumes de 200 páginas diariamente.

Na área criminal, o TJMG passou a utilizar-se da chamada expansão das classes, ou seja, as medidas criminais de urgência, como é o caso de habeas corpus, são protocolizadas diretamente pelas partes no próprio sistema JPe e passam a tramitar eletronicamente. "Isso possibilitou, por exemplo, sua utilização em recessos alongados, como o do final do ano, tanto quanto nos plantões ordinários, e até mesmo neste momento extraordinário em função da pandemia. Com isso, o trabalho remoto é possível e eficiente", ressaltou o desembargador Afrânio Vilela.

RADAR

O 1º vice-presidente destacou mais uma medida implementada pelo Tribunal que tem agilizado o trabalho dos magistrados, principalmente nesse período de isolamento social. Essa ação começa com a distribuição eletrônica dos processos/recursos no sistema, os quais são endereçados ao desembargador, por sorteio eletrônico realizado pela ferramenta Radar, criada pela área de informática do TJMG.

Essa ferramenta simplifica a trabalhosa tarefa de identificar a prevenção do relator, antes manual e que ocupava muitos servidores. "Hoje, o sistema faz a busca utilizando dados coletados em nosso "big data", ou seja, no acervo do TJMG, com uma rapidez própria da virtualidade, com segurança e economia. Essa mesma ferramenta possibilita acesso aos bancos de dados, inclusive para pesquisa", explicou Afrânio Vilela.

O TJMG já experimentou, com sucesso, as sessões digitalizadas, ou seja, julgamentos feitos usando a Inteligência Artificial, em que foram reproduzidos padrões para decisão de recursos repetitivos com tese de cumprimento obrigatório firmada no Tribunal e/ou nos tribunais superiores. "Em uma única matéria referente a desconto para assistência à saúde, apenas a 1ª Vice-Presidência julgou 16.300 recursos em pouquíssimo tempo. O Radar ajudou a encontrar os conexos, com mesmo pedido ou causa de pedir, reunindo-os para julgamento – isso no caso dos feitos eletrônicos. Os físicos exigiram trabalho manual e mais demorado das assessorias", disse o magistrado.

SUSTENTAÇÃO VIRTUAL

Diante dos desafios impostos pela pandemia, os magistrados precisaram encontrar formas alternativas para dar mais celeridade a processos e julgamentos. Um exemplo dessas soluções veio da 4ª Câmara Criminal do TJMG, que, no dia 22 de abril, realizou uma sessão virtual remota na qual os advogados sustentaram suas teses por meio de mídias digitais – algo inusitado no Judiciário mineiro e pouco visto no Judiciário nacional. O material, enviado em DVDs e pen drives, foi acessado por todos os membros da Turma Julgadora.

O desembargador Júlio Cezar Guttierrez Vieira Baptista, presidente da 4ª Câmara Criminal, afirmou que o uso das ferramentas tecnológicas ainda assusta operadores do Direito, mas, de acordo com ele, alguns paradigmas precisam ser quebrados, especialmente neste momento de grave crise na saúde pública nacional. "A necessidade fez surgir essa possibilidade. A apresentação da sustentação oral por meio eletrônico causou surpresa. Ouvi de alguns advogados que havia o risco de as manifestações não serem ouvidas. Já eu já tenho uma visão diferente", afirmou Júlio Cezar Guttierrez.

De acordo com o magistrado, com a sustentação oral virtual, a responsabilidade do julgador, que já não era pequena, se agiganta, pois é preciso deixar claro, nas decisões, que tudo o que foi dito na manifestação foi adequadamente enfrentado.

"A necessidade fez surgir essa possibilidade. A apresentação da sustentação oral por meio eletrônico causou surpresa"

Desembargador Júlio Cezar Guttierrez

"Vejo essa ferramenta como um facilitador do trabalho do advogado, que pode preparar com mais calma sua sustentação, inclusive fazendo modificações. Sem contar que evita os inconvenientes de um deslocamento, principalmente de magistrados que residem em cidades distantes da capital. Estou convicto de que essa prática veio para ficar", destacou o desembargador.

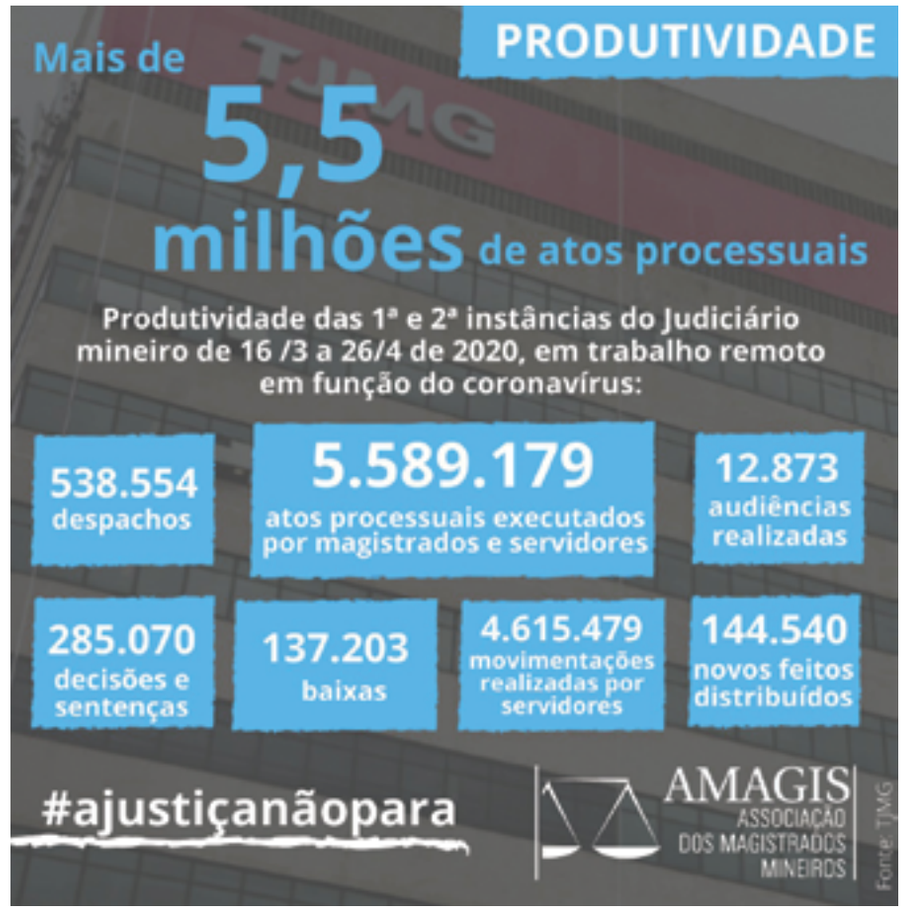
AVANÇOS

Para o juiz auxiliar da Presidência e coordenador da Diretoria Executiva de Informática (Dirfor) do TJMG, Delvan Barcelos Junior, a quarentena ajudou a acelerar os trabalhos de inovação tecnológica e a implantação de projetos no Tribunal. Um deles é o PJe Criminal, que está prestes a ser disponibilizado, tornando o Judiciário mineiro integralmente informatizado.

"Nossa previsão é colocar em produção um projeto piloto, no fim do mês de maio, do Processo Judicial eletrônico criminal. O teste será feito na 2ª Vara Criminal de Belo Horizonte. Para isso, estamos em atuação juntamente com o Ministério Público e desenvolvendo a intercomunicação com a polícia para que o inquérito já venha de forma eletrônica", afirmou.

Outro projeto que está sendo implementado pelo Tribunal é a adoção de um modelo de máquina virtual, ou seja, toda a rede dos computadores do TJMG ficaria em uma nuvem e poderia ser acessada de qualquer lugar do planeta, bastando apenas que se tenha acesso à internet. "Essa medida, observadas, claro, todas as questões de disponibilidade e segurança, irá facilitar muito o trabalho remoto do Poder Judiciário. E essa é a tendência", ressaltou o juiz Delvan Barcelos Junior.

Para ele, a criação das máquinas virtuais resolveria um problema que existe atualmente, quando alguns sistemas do Tribunal só funcionam quando estão dentro da própria rede. "A importância deste projeto já em andamento está no acesso ao sistema de qualquer ponto em que o magistrado ou o servidor esteja, precisando apenas da internet", explicou.



FUTURO

Os bons números de produtividade do Tribunal mineiro nas semanas de trabalho remoto em razão da pandemia e o crescente emprego de ferramentas tecnológicas nos trâmites judiciais revelam a irreversibilidade do processo de virtualização. Para o desembargador Afrânio Vilela, superado esse momento de crise, as pessoas serão diferentes, assim como as instituições, sob pena de perderem a corrida tecnológica e, por consequência, a importância perante a sociedade.

"Este é um capitulo existencial novo, em todos os sentidos, agora experimentado por força dessa pandemia. De lado outro, confirma-se a teoria segundo a qual o ser humano evolui a partir de desafios. E, como tenho dito, o Direito é uma grande escada rumo ao infinito, na qual estamos a subir degraus, vencendo obstáculos, e não pararemos jamais, eis que enquanto houver mais de um ser humano sobre a Terra, o Judiciário haverá de estar presente para equacionar as lides", finalizou o 1º vice-presidente do TJMG.

"Nossa previsão é colocar em produção um projeto piloto, no fim do mês de maio, do Processo Judicial eletrônico criminal. O teste será feito na 2ª Vara Criminal de Belo Horizonte"

Juiz Delvan Barcelos Junior

Juíza Maria Consentino

ARQUIVO PESSOAL

Com a pandemia do novo coronavírus (Covid-19) e a necessidade de isolamento social, autoridades do mundo inteiro têm alertado sobre o risco do aumento da violência doméstica. Para a juíza Maria Aparecida Consentino, do 1º Juizado de Violência Doméstica contra a Mulher da Comarca Belo Horizonte, esse agravamento já está ocorrendo. Na avaliação dela, apesar de o número de pedido de medidas protetivas ter reduzido, a violência doméstica não diminuiu de fato, podendo inclusive ter aumentado.

A senhora já lidou antes como uma situação como essa, de fazer justiça em casa?
Esse é um fato inédito na minha vida e penso que para toda a população. Realmente, vivemos um momento muito difícil. Nos preocupa a situação das mulheres vítimas de violência doméstica, que, como o medo do coronavírus, restrição de deslocamento e com crianças dentro de casa, onde deveria ser seu porto seguro, estão sob a mira do agressor.

Já é possível notar algum avanço da violência doméstica em decorrência da pandemia do novo coronavírus?
É perceptível que ocorreu uma queda no número de medidas protetivas. É óbvio que na prática essa redução da violência doméstica não aconteceu de fato. As mulheres estão com medo e com dificuldades de locomoção para chegar ao Sistema de Justiça. Essa pode ter sido uma das razões pelas quais António Guterres, secretário-geral da ONU, fez um apelo para que os governos de todo o mundo ampliassem os canais de acesso das mulheres ao Sistema de Justiça. Essa dissonância preocupa.

Quais os elementos podem levar ao agravamento da violência doméstica durante a pandemia?
Além do medo de ser contaminado com o coronavírus, as pessoas terão que administrar situações como o isolamento social e a falta de dinheiro. Isso em um contexto familiar de falta de respeito e amor dentro dos lares. Com certeza uma situação que já ocorria, de pais descontando os problemas em seus filhos e mulher, irá ser agravar.

Esse quadro pode evoluir para o feminicídio? Como tratar dessa urgência?
Os dados apontam que, no Brasil, a cada dez feminicídios, sete são praticados dentro do lar. Isso fora de um contexto de crise, imagina agora com a pandemia. O Estado vai precisar se fazer presente nos lares por meio de canais de denúncia acessíveis e rápidos, como na internet. É importante observar que o machista não descarrega sua raiva, seu ódio em outro homem, mas na mulher. Em um momento de crise como esse, de nervosismo, esse quadro irá piorar.

Como o Judiciário mineiro tem atuado nas atuais circunstâncias?
Não estamos parados. Nosso trabalho tem sido realizado em regime de plantão, com as quatro varas especializadas em violência doméstica recebendo pedidos de medidas protetivas de urgência diariamente. Os despachos urgentes são feitos presencialmente por um juiz com o advogado. Como medida preventiva, os outros magistrados das varas especializadas permanecem em suas casas, trabalhando remotamente. Precisamos ser muito ágeis para dar uma resposta efetiva aos casos de violência doméstica. É possível, por exemplo, que a vítima envie uma foto das consequências dos maus-tratos, de um espancamento, para que a medida protetiva de urgência possa ser concedida.

No atual contexto, é possível conceder uma medida protetiva mesmo sem a investigação?
Na dúvida, protege-se sempre. Esse é um importante fundamento da Lei Maria da Penha e de toda a legislação no mundo que têm como objetivo defender a mulher. A Lei Maria da Penha tem um caráter "pedagógico". É preciso educar os homens. Na situação em que vivemos hoje, a medida protetiva ganha ainda mais relevância. Depois vamos ouvir, discutir, mas a lei tem que ser cumprida.●

> ***"É perceptível que ocorreu uma queda no número de medidas protetivas. É óbvio que na prática essa redução da violência doméstica não aconteceu de fato"***

Cejuscs orientam sobre auxílio emergencial

Iniciativa de juíza de Ponte Nova foi adotada em outras comarcas

REPRODUÇÃO/YOUTUBE/AMAGIS

Juíza Dayse Mara Silveira Baltazar

Atendimento sobre auxílio emergencial em Nanuque

Promover a cidadania! Essa é uma das missões dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejuscs) do TJMG, que, nas Comarcas de Ponte Nova (Zona da Mata) e Nanuque (Vale do Mucuri), têm orientado a população sobre Auxílio Emergencial, apoio financeiro concedido pelo Governo federal durante a pandemia do novo Coronavírus (Covid 19).

De acordo com a juíza Dayse Mara Silveira Baltazar, coordenadora do Cejusc da Comarca de Ponte Nova, já no primeiro dia de atendimento, 13 de abril, a procura pelo serviço foi muito grande. "A ideia surgiu após tomar ciência de que algumas pessoas na cidade estavam usando de má-fé para cobrar da população o auxílio para a realização do cadastro. E é justamente essa população que está passando por dificuldades que precisa ser protegida nesse momento", comentou.

Segundo a juíza, o atendimento pode ser feito presencialmente, por telefone ou por meio do uso do aplicativo de mensagem WhatsApp. Dayse Baltazar ressaltou que, durante o atendimento presencial, todas as orientações dos órgãos de saúde como higienização das mãos com álcool em gel, uso de máscaras por parte dos atendentes, distância mínima entre as pessoas e desinfecção do local de atendimento estão sendo seguidas.

"Vamos continuar oferecendo o serviço enquanto a população precisar dele, sempre seguindo as orientações das autoridades para preservarmos a saúde de todos", afirmou a juíza.

NANUQUE

Ao perceber que boa parte da população tinha dúvidas de como solicitar o auxílio, o juiz Edson Alfredo Sossai Regonini, coordenador do Cejusc de Nanuque, decidiu oferecer o serviço à população. O magistrado também observou que as pessoas nem sempre dispunham dos meios necessários para solicitar o auxílio de maneira segura e objetiva. "O Cejusc, além da função processual e pré-processual, tem ainda a função de cidadania. Por isso, assim que vi a iniciativa da doutora Dayse, entrei em contato com os servidores da comarca para também colocarmos em prática o projeto", apontou.

De acordo com os magistrados, na maioria dos casos, são esclarecidas dúvidas sobre quem tem direito a receber o benefício e como proceder para obter o auxílio. Ainda segundo o juiz Edson Regonini, quando é possível são feitos o encaminhamento para órgãos competentes e o cadastramento no aplicativo lançado pelo Governo Federal.

No Cejusc de Nanuque, os protocolos de prevenção ao coronavírus também sendo estão seguidos. "Orientamos a população para que priorize o atendimento por WhatsApp ou por telefone, mas sabemos que nem todos têm esses recursos. Por isso, o atendimento presencial também é necessário", afirmou o juiz Edson Regonini.

VESPASIANO

A medida também foi adotada na Comarca de Vespasiano (Grande BH), onde desde o dia 14 de abril, os jurisdicionados têm recebido apoio do Cejusc para a realização do cadastro e recebimento do auxílio emergencial.

Na avaliação da juíza Sayonara Marques, coordenadora do Cejusc de Vespasiano, ao orientar as pessoas sobre como receber o benefício, o Poder Judiciário contribui para o exercício da cidadania. Os atendimentos estão sendo feitos no Fórum da Comarca, às terças e quintas-feiras, e estão sendo postas em práticas todas as orientações das autoridades sanitárias para impedir o contágio pelo novo coronavírus.

Recursos de pena pecuniária equipará leitos contra o Covid-19

Fábio Vivancos destinou a verba para a compra de equipamentos

Mais de R$ 187 mil provenientes do pagamento de penas pecuniária serão utilizados para a aquisição de equipamentos para oito leitos de unidade semi-intensiva do Hospital da Fundação Vespasianense de Saúde, reservados ao atendimento de pacientes com quadro grave de Covid-19.

A verba foi destinada pelo juiz Fábio Gameiro Vivancos, da 2ª Vara Criminal e de Execuções Penais da Comarca de Vespasiano (Grande BH), em atendimento a um requerimento do município e do Ministério Público estadual. "Os magistrados mineiros estão trabalhando para atender às demandas da população, principalmente as mais urgentes, nesse momento tão delicado vivido por todos nós. A destinação desses recursos visa reforçar a estrutura de saúde do município para preservar a vida da população", afirmou.

A Comarca de Vespasiano conta com 49 leitos, três respiradores e dois carrinhos de emergência no Hospital de Vespasiano e sete leitos e três respiradores na Unidade Pronto Atendimento (UPA) 24 horas. Segundo Wagner Barbalho, presidente Fundação Vespasianense de Saúde, a iniciativa vai viabilizar a expansão da capacidade de atendimento de portadores da Covid-19 na cidade. "Esse recurso oriundo do Poder Judiciário mineiro veio em um momento crucial para o município. Ele vai ajudar a criar uma estrutura que ainda não tínhamos. Portanto, é com muita alegria e gratidão que recebemos esse repasse", comentou.

Fábio Vivancos disse que recurso vai reforçar a estrutura de saúde de Vespasiano

De acordo Ilce Rocha, prefeita de Vespasiano, com a parceria entre a Prefeitura e o Poder Judiciário, a cidade tem condições de dar suporte aos possíveis pacientes nas fases iniciais e intermediárias da doença.

Os recursos das penas pecuniárias foram destinados em caráter emergencial, com base na Resolução do Conselho Nacional de Justiça nº 313/2020 e na Portaria Conjunta nº 952/PR/2020, do TJMG, e anuência do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário do Tribunal.

Juízes de Betim doam cestas básicas

56 famílias carentes de Esmeraldas receberam a ajuda

Além de manter a rotina de trabalho durante a pandemia do coronavírus, magistrados mineiros estão reservando parte do seu tempo para promover a cidadania. Na Comarca de Betim (Grande BH), os juízes organizaram distribuição de cestas básicas para famílias carentes da Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Em uma iniciativa idealizada pelo juiz José Romualdo Duarte Mendes e coordenada pelo juiz Carlos Márcio, os magistrados da comarca de Betim doaram 56 cestas básicas para famílias carentes do município de Esmeraldas, na Grande de BH. "Não é a primeira vez que fazemos este tipo de ação e desta vez tivemos esta ideia para pessoas que estão passado dificuldades e que não têm outra fonte de renda", disse José Romualdo.

Na Comarca de Montes Claros (Norte de Minas), a comunidade jurídica, participou da campanha Compartilhando Empatia, que arrecadou kits para a população carente da cidade.

Cada doador depositou R$ 56,00 na conta do Supermercado Ouro Branco, parceiro da iniciativa, e os kits foram entregues como o apoio da Polícia Militar. A campanha teve como madrinha a advogada Fabíola Sayonara, esposa do desembargador do TJMG Lailson Braga.

ARQUIVO PESSOAL

Juiz Carlos Márcio e parceiros

Amagis apoia campanha de combate à fome

Kits serão distribuídos pela regional da Cáritas Brasileira

A Amagis está apoiando a campanha Comunidade Viva sem Fome. Por meio dela, qualquer pessoa pode doar um kit com itens de alimentos e produtos de higiene e limpeza para famílias carentes de Belo Horizonte e da Região Metropolitana da capital, que estão em situação de vulnerabilidade por causa da pandemia do novo coronavírus (Covid-19).

Com a necessidade do isolamento social, os kits podem ser comprados, online, diretamente nos supermercados parceiros da campanha evitando que o doador saia de casa para fazer a compra. O estabelecimento no qual os produtos foram adquiridos entregará os kits, gratuitamente, no centro de distribuição da regional Minas Gerais da Cáritas Brasileira.

A entrega dos kits é autorizada após o diagnóstico feito por uma comissão interinstitucional, a fim de garantir que as doações cheguem às famílias mais vulneráveis nesse momento. Depois dessa análise, as equipes voluntárias das entidades credenciadas entregam os kits diretamente às famílias.

Para garantir a transparência de todo o processo de doação do kit, as entregas são monitoradas. Balanços quinzenais das doações são publicados no site da campanha. Para ter mais informações e fazer a doação, acesse a página comunidadevivasemfome.org.br.

CONTRIBUA COM O NUTRIS

É possível ajudar o Nutris de diversas formas, com doações de objetos, mantimentos e dinheiro. Para saber mais, entre em contato pelos telefones:

No Nutris: (31) 3485-6035 (Falar com Maria Nilza)

Na Amagis: (31) 3079-3471

Agende uma visita para conhecer a instituição pessoalmente! Para os magistrados, é possível autorizar o desconto mensal na folha de pagamento do valor que desejar.

Esse recebimento mensal de doações é muito importante para a manutenção da instituição, pois traz previsibilidade de receita.

Para autorizar o desconto em folha, basta preencher a ficha abaixo, escanear ou fotografar e enviar para financeiro@amagis.com.br. Ou recortar e enviar a ficha abaixo para Departamento Financeiro da Amagis: Rua Albita, 194, 3º andar – Bairro Cruzeiro – Belo Horizonte – MG – Cep: 30310-160

AUTORIZAÇÃO PARA DESCONTO EM FOLHA

Eu, _____, magistrado(a) da Comarca de _____ , autorizo o desconto mensal, em minha folha de pagamento, na importância de:

10% do salário mínimo [ ]
15% do salário mínimo [ ]
20% do salário mínimo [ ]
____ %

Referente a minha contribuição para o Núcleo de Trabalho e Integração Social – NUTRIS

_____ , _____ de _____ de _____

Assinatura _____

DIVULGAÇÃO

BAÚ DE ACORDES

Arte de Moraes Moreira

Tiago Parrela - *O eterno novo baiano Moraes Moreira faleceu, no dia 13 de abril, deixando uma obra singular para a música brasileira. Além do sucesso dos discos lançados durante a época dos Novos Baianos, com a pedra Fundamental "Acabou Chorare", causou uma revolução musical. Esse álbum foi considerado pela Revista "Rolling Stone", especializada em música internacional, o maior disco da música popular brasileira de todos os tempos. Teve ainda o mérito de projetar Moraes e sua vasta e diversa obra.*

Seu cancioneiro, arquitetado no universo brasileiro e tropicalista, trouxe um olhar alegre e afetivo sobre as manifestações culturais e sociais do País, mescla suas referências ao Carnaval, samba, choro, rock, violão bossa novista, o frevo, baião. Tudo isso, veio a compor a alquimia do som do compositor.

Lançados após a saída do grupo Novos Baianos, seus álbuns (Moraes Moreira, 1975; Cara e Coração, 1977; Alto Falante, 1978; Lá Vem o Brasil Descendo a Ladeira, 1979, e os da década de 1980, como Bazar brasileiro (1980), Moraes Moreira (1981), Coisa acesa (1982), Pintando o oito (1983), Mancha de dendê não sai (1984), Tocando a vida (1985), Mestiço é isso (1987), merecem toda atenção e importância do compositor, poeta e músico brasileiro.

No disco Alto Falante, Moraes Moreira destacou esse sentimento com a música no encarte do disco. "Eu tenho no coração uma voz de cristal/De alguém para outro alguém/Com amor e carinho/Uma mensagem sonora/Um grito celestial/Eu sou um Alto-Falante/Um boa noite cordial/O som do céu estrelado/E da aurora boreal/Eu tenho no coração uma voz de cristal/De um alguém, alguém que muito além/Não canta e chora sozinho/Que esta canção oferece a ninguém/Ou pra quem quiser ouvir/ Uma canção atendendo a pedidos/Do meu dorido coração".●

AGENDA CULTURAL

FILMES

● **ADORÁVEIS MULHERES**
Com personalidades completamente diferentes, as irmãs Jo, Beth, Meg e Amy deixam a adolescência para trás e enfrentam os desafios de crescer juntas pelo amor que sentem uma pela outra.
Gênero: Drama
Duração: 134 minutos
Elenco: Saoirse Ronan, Emma Watson, Florence Pugh, Eliza Scanlen, Laura Dern, Timothée Chalamet, Tracy Letts, Bob Odenkirk, James Norton, Louis Garrel, Jayne Houdyshell, Chris Cooper e Meryl Streep
Direção: Greta Gerwig
Classificação: 10 anos
Plataforma: Now (Canal 1)

● **JOJO RABBIT**
Durante a Segunda Guerra Mundial, um solitário garoto alemão descobre que sua mãe está escondendo uma jovem em seu sótão. Ajudado apenas por seu amigo imaginário, Jojo deve enfrentar seu nacionalismo cego.
Gênero: Comédia
Duração: 108 minutos
Elenco: Roman Griffin Davis, Thomasin McKenzie, Rebel Wilson, Sam Rockwell e Scarlett Johansson
Direção: Taika Waititi
Classificação: 14 anos
Plataforma: Now (Canal 1)

SÉRIES (DIREITO)

● **AMERICAN CRIME STORY**
A série dramatiza as reviravoltas do julgamento de O.J. Simpson por homicídio e aborda os bastidores da defesa e da promotoria.
Elenco: Cuba Gooding Jr.,Sarah Paulson e John Travolta
Criação: Scott Alexander e Larry Karaszewski
Classificação: 14 anos
Plataforma: Netflix

● **COMO DEFENDER UM ASSASSINO**
A advogada criminal e professora Annalise Keating se envolve em um caso de assassinato junto com cinco de seus alunos.
Elenco: Viola Davis, Billy Brown e Alfred Enoch
Criação: Peter Nowalk
Classificação: 16 anos
Plataforma: Netflix

● **SUITS**
Mesmo sem se formar e sem licença para advogar, um jovem brilhante impressiona um importante advogado e consegue uma cobiçada posição em sua firma.
Elenco: Gabriel Macht,Patrick J. Adams e Rick Hoffman
Criação: Aaron Korsh
Classificação: 14 anos
Plataforma: Netflix

SÉRIES INFANTIS

● **A IRMÃ DO MEIO**
Dos criadores de "Como Treinar seu Dragão", a série leva Soluço e Banguela aos limites da aventura encarando muita ação e grandes perigos para combater os inimigos
Estrelando: Jenna Ortega, Ronni Hawk e Kayla Maisonet
Criação: Alison Brown

● **BEAT BUGS**
Embalados por músicas que ficaram famosas na voz dos Beatles, cinco amigos tamanho miniatura aprendem sobre o mundo no conforto de seu próprio quintal.
Estrelando: Ashleigh Ball, Lili Beaudoin e Charles Demers
Criação: Josh Wakely
Plataforma: Netflix

PENSAMENTO **JURÍDICO**

Os direitos dos viajantes
Como quase tudo, o novo Coronavírus colocou o turismo em quarentena, em que viagens e eventos foram cancelados. Que providências tomar durante e depois da pandemia? Como ficam os direitos dos consumidores viajantes? Em mais uma edição especial e remota, convidamos o desembargador Alexandre Quintino Santiago, da 8ª Câmara Cível do TJMG, para falar sobre o assunto. (Foto)

Violência doméstica na quarentena
Em mais uma edição especial por conta da pandemia do Coronavírus, em que gravamos à distância, convidamos a juíza Maria Aparecida Consentino, do 1º Juizado de Violência Doméstica contra a Mulher de Belo Horizonte para nos falar sobre a violência doméstica neste período de quarenta e como é que o Judiciário pode atuar nesses casos? Confira essa e outras questões no PJ.

Trabalho remoto do Judiciário
Apesar da suspensão do expediente no Judiciário em razão da pandemia do novo Coronavírus, magistrados mineiros continuam trabalhando para garantir a prestação jurisdicional possível e que a Justiça não pare. Em edição especial, on-line, o Pensamento Jurídico conversou o juiz Thiago Colnago Cabral, da 3ª Vara de Tóxicos de Belo Horizonte, que fala sobre o assunto.

Guarda compartilhada
A pandemia do Coronavírus tem repercutido em várias frentes do Direito de Família, principalmente em relação à guarda compartilhada. Em edição especial, à distância e on-line, convidamos para falar sobre esse assunto o desembargador Newton Teixeira Carvalho, da 13ª Câmara Cível do TJMG. Quais são as implicações e desafios para a guarda compartilhada dos filhos?

TV JUSTIÇA Sábado, às 12h (Canais 7, 117, 901 ou 5) - **TV COMUNITÁRIA** Sábado, às 22h (Canais 6 ou 13)

VIA **JUSTIÇA**

Crime contra criança e adolescente
Dados divulgados em 2018, pelo Ministério da Saúde indicam que ocorreram 32 mil casos de abusos relacionados à criança e ao adolescente. Nossos convidados são a juíza Marixa Fabiane Lopes Rodrigues, da Vara Especializada em Crimes contra a Criança e Adolescente de Belo Horizonte, e o advogado André Coura, professor de Direito Penal. Quais os crimes mais julgados? (Foto)

Lei de Liberdade Econômica
A Lei da Liberdade Econômica, de 2019, reduz a intervenção do Estado nas atividades econômicas e altera diversas regras trabalhistas. Como analisar a lei diante dos princípios econômicos da Constituição de 88? Convidamos o desembargador Bruno Terra Dias, da 6ª Câmara Criminal do TJMG, e o advogado Rômulo Brasil, especialista em Direito do Consumidor.

Lei de Importunação sexual
No último mês de setembro, a Lei de Importunação Sexual completou um ano de vigência e ainda conta com inúmeros desafios a serem superados. Qual a avaliação dessa Lei? Para falar sobre o tema, convidamos a juíza Anna Carolina Goulart Martins e Silva, da Vara Criminal da Comarca de Sabará, e a advogada Carla Silene Lisboa, diretora do Instituto de Ciências Penais.

Jogos de azar
Hoje, considerados contravenção penal, os jogos de azar eram permitidos até a década de 40 no Brasil, mas esse tipo de prática ainda é recorrente em todo o País. Conversamos com o desembargador Doorgal Andrada, da 4ª Câmara Criminal do TJMG, e com o advogado criminalista Henrique Abi-Ackel Torres, do Instituto de Ciências Penais, que nos falaram mais sobre esse assunto.

TV JUSTIÇA Quarta-feira, às 9h30 (Canais 7, 167, 21 ou 5) - **TV ASSEMBLEIA** Sexta-Feira, às 23h (Canais 11, 61.2 ou 35)
TV COMUNITÁRIA Sexta-Feira, às 23h30 (Canais 6 ou 13)

www.youtube.com/amagismg/videos

Pensamento Jurídico inova com gravação remota

Programa mantém diálogo de magistrados com a sociedade

Assim como a Magistratura mineira, a Amagis não para! Com esse mesmo espírito de superação das adversidades, o programa Pensamento Jurídico, produzido pela Assessoria de Comunicação da Associação, inovou e passou a ser gravado remotamente, mantendo sua programação normalmente.

O primeiro programa gravado por meio da internet, com a apresentação do jornalista Orion Teixeira, foi o com o juiz Thiago Colnago Cabral, da 3ª Vara de Tóxicos de Belo Horizonte, sobre o trabalho remoto dos magistrados mineiros em função das medidas preventivas contra o novo coronavírus (Covid-19).

Sempre trazendo ao público debates atuais, no programa seguinte, o Pensamento Jurídico abordou o agravamento da violência doméstica em função das medidas de isolamento social. A entrevistada foi a juíza Maria Aparecida Consentino, do 1º Juizado de Violência Doméstica contra a Mulher da Comarca de Belo Horizonte. *Leia a entrevista com a magistrada na página 17.*

Programa Pensamento Jurídico foi gravado pela internet

HISTÓRIA

Assim como o programa Via Justiça, produzido em parceria com a TV Assembleia, o Pensamento Jurídico foi criado em 2002. As atrações abordam temas atuais relevantes, levando ao público, com a participação dos magistrados convidados, a visão do Judiciário sobre cada questão debatida.

A realização dos programas também são um meio de desmistificar a visão sobre o magistrado e promover a interlocução com a sociedade. O Via Justiça e o Pensamento Jurídico podem ser assistidos nas TV Justiça, TV Assembleia e no canal da Amagis no Youtube (youtube.com/amagis/vídeos). O Pensamento Jurídico também é exibido na TV Comunitária. *Veja na página ao lado os programas exibidos recentemente, os dias e horários de veiculação de cada atração.*

Plano habilita mais conveniados para testes do coronavírus

Inclusão de laboratórios alcança as comarcas do interior

FERNANDO ZHIMINAICELA/PIXABAY

Com um trabalho permanente, a Amagis Sáude ampliou o número de convênios com prestadores de serviços para realização de testes do novo coronavírus (Covid-19). Até o momento, são 58 laboratórios e hospitais credenciados, na capital e no interior, para realizar o exame pelo plano.

Conforme orientação do Ministério da Saúde, para realizar o teste, os pacientes precisam ter em mãos o pedido médico. Os associados da Amagis Saúde poderão realizar consultas online. *Saiba mais na página 24.* Nos casos em que o usuário recorrer ao pronto atendimento, será necessário passar por uma consulta médica para que a real necessidade do exame seja avaliada. Com intuito de facilitar esse tipo de acolhimento, a Amagis Saúde também firmou convênio com a Clínica Dr. Agora, em Belo Horizonte, que realiza atendimentos de urgência.

O teste para diagnóstico do novo coronavírus é feito com a coleta de materiais respiratórios com potencial de aerossolização (aspiração de vias aéreas ou indução de escarro). Quando há suspeita do Covid-19, é feita a coleta de duas amostras.

A Amagis Saúde continuará trabalhando diariamente para ampliar a relação de prestadores de serviços aptos a realizar o teste. A rede credenciada do plano pode ser acessada pelo site amagissaude.com.br, na ferramenta de busca disponível no lado direito da página principal do site, ou diretamente pelo QR Code ao lado.

CORONAVÍRUS

A transmissão do coronavírus é muito rápida e ocorre a partir do contato pessoal, por meio de tosse ou espirro de pessoas infectadas. O contágio também pode ocorrer quando a pessoa toca em objetos ou superfícies contaminadas e, em seguida, passa a mão nos olhos, nariz ou boca.

Entre as medidas que podem ser tomadas para evitar o contágio pelo coronavírus, estão o uso de máscara, evitar aglomerações (isolamento social), lavar as mãos com água e sabão ou com álcool gel frequentemente, desinfetar superfícies e objetos, e cobrir a boca, com o braço dobrado, quando for tossir ou espirrar. O vírus pode ficar incubado até 14 dias nas pessoas, até mesmo sem que elas manifestem qualquer um dos sintomas. Os sintomas em casos comuns são coriza, tosse e dor de garganta. Em casos mais graves, os indivíduos apresentam febre alta, pneumonia e insuficiência respiratória.

O QR Code é um de código de barras que, por meio de um smartphone, direciona o internauta para um site. Para ler o código é necessário baixar um aplicativo disponível nas lojas virtuais da Google Play, para celulares com sistema Android, ou na App Store, para aparelhos iPhone.

+SAÚDE!
SUPLEMENTO DO PLANO DE SAÚDE DA ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS MINEIROS AMAGIS

PRESIDENTE
Desembargador Alberto Diniz Junior

DIRETORIA DA AMAGIS SAÚDE:
Vice-presidente de Saúde
Juíza Rosimere das Graças do Couto
Diretor de Saúde
Desembargador Edison Feital Leite
Diretora Financeira
Juíza Flávia Birchal

Conselho Gestor:
Segunda Instância
Geraldo Domingos Coelho
Marco Aurélio Ferenzini
Suplentes
Valéria da Silva Rodrigues Queiroz
Edison Feital Leite
Juízes da Capital
Flávia Birchal de Moura
Kenea Marcia Damato de Moura Gomes
Suplentes
Clayton Rosa de Resende
Guilherme Azeredo Passos
Juízes do Interior
Dalton Soares Negrão
Fábio Torres de Sousa
Suplentes
Marcos Alberto Ferreira
Marcelo Carlos Cândido
Aposentados
Ana Maria de Oliveira Froes
José Maria dos Reis
Suplentes
José Nicolau Masseli
Paulo Mendes Álvares
Ouvidora da Amagis Saúde
Juíza Kenea Márcia Damato de Moura Gomes

Rua Albita, 194 · Cruzeiro - Belo Horizonte · MG - Telefax: (31) 3079-3499
e-mail: imprensa@amagis.com.br - www.amagis.com.br

Coordenador de Comunicação:
Bruno Gontijo · Mtb - MG: 11008
Jornalistas:
Georgia Baçvaroff - Mtb - MG: 08441
Fernanda Marques · Mtb - MG: 12188
Tiago Parrela · Mtb - MG: 14634
Izabela Machado · Mtb - MG: 11210
Projeto Gráfico: Agência Graffo
Diagramação:
Publicare Design
Pré-impressão/Impressão:
Gráfica e Editora Del Rey

Conselho Gestor avalia medidas do plano contra a pandemia

Equilíbrio financeiro do plano foi discutido durante a reunião

O Conselho Gestor de Sáude realizou, no dia 6 de março, reunião remota na qual avaliou as medidas tomadas para o combate ao novo coronavírus (Covid-19), discutiu questões administrativas e o equilíbrio financeiro do plano.

Entre as iniciativas adotadas pela Amagis Saúde para garantir o bem-estar entre os usuários do plano, a diretoria da Associação determinou a realização de convênios com hospitais e laboratórios para a realização de teste para diagnóstico do Covid-19, com a Clínica Dr. Agora, em Belo Horizonte, para pronto atendimento e a realização de consultas on-line por parte dos prestadores de serviço à Amagis Saúde.

Durante a reunião, o presidente da Amagis, desembargador Alberto Diniz, destacou que a Associação tem lançado mão de todos os recursos disponíveis para continuar trabalhando em prol dos magistrados. "A Amagis e a Amagis Saúde atuam incansavelmente, mesmo que de forma remota, para atender a seus associados da melhor forma possível, contribuindo com as medidas necessárias ao enfrentamento do coronavírus", afirmou.

Reunião virtual do Conselho Gestor de Saúde

A vice-presidente de Saúde, juíza Rosimere do Couto, ressaltou que, além das medidas tomadas para garantir a assistência à saúde aos usuários do plano nesse período de crise, a Amagis Saúde está trabalhando diariamente para ampliar as ações de prevenção ao coronavírus. "Continuamos orientando nossos associados sobre tudo o que diz respeito à Covid-19, buscando constantemente aprimorar os serviços oferecidos pela Amagis Saúde", disse.

A Amagis Saúde também realizou a campanha de vacinação em parceria com o TJMG, para garantir gratuitamente a imunização de magistrados e familiares que tenham mais de 60 anos de idade ou portadores de doenças crônicas. A parceria foi realizada em função da falta de doses da vacina, causada pela grande procura do medicamento gerada pela pandemia do coronavírus.

EQUILÍBRIO FINANCEIRO

Na reunião, o Conselho Gestor aprovou reajuste do plano de saúde em 12,59%, que passou a vigorar em abril para os beneficiários do Plano Grupo de Estados e em março para os beneficiários do Plano Estadual.

O reajuste foi aprovado após exposição do representante da Plurall Soluções em Saúde Suplementar, João Roberto Rodarte, que apresentou estudo com informações sobre a distribuição e quantidade de beneficiários, evolução e distribuição das despesas, as receitas e evolução da sinistralidade.

Para tomar a decisão, os conselheiros consideraram os efeitos da pandemia, o aumento das despesas no exercício passado, a sinistralidade e a previsão de aumento dos custos em razão da conjuntura econômica.

DICAS AMAGIS SAÚDE

Teste de coronavírus

Entre as medidas adotadas pela Amagis Saúde para a prevenção do novo coronavírus (Covid-19), está a realização do exame para diagnóstico da doença. Entretanto, para que o serviço seja utilizado é preciso observar os critérios abaixo.

Como é definida a realização do teste?
A decisão sobre a realização do teste para diagnóstico do coronavírus é do médico. A partir da avaliação dos sintomas apresentados pelo paciente, ele decidirá se deve ou não prescrever para que o exame seja feito.

Testes realizados sem a prescrição médica têm a cobertura da Amagis Saúde?
Não. A cobertura do exame só será garantida com a indicação médica, considerando as diretrizes de utilização da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e protocolos definidos pelo Ministério da Saúde.

O teste precisa ser autorizado previamente pelo plano de saúde?
Sim. O usuário do plano deverá enviar o pedido médico com a justificativa (indicação clínica) para os seguintes endereços eletrônicos: autorizacao@amagis.com.br ou pedido@amagis.com.br.

Tire suas dúvidas
Em caso de dúvidas, entre em contato com o setor de atendimento da Amagis Saúde pelos telefones (31) 3079-3478, (31) 3079-3479, (31) 3079-3480 ou (31) 3079-3481, de segunda a sexta-feira, de 7h às 19h, e aos sábados de 8h às 13h15. O plantão telefônico está disponível de segunda a sexta-feira, de 19h às 7h, e aos sábados, domingos e feriados por 24 horas. O número do plantão é (31) 99977-2860.

AMAGIS Saúde

+SAÚDE!

SUPLEMENTO DO PLANO DE SAÚDE DA ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS MINEIROS

PLANTÃO TELEFÔNICO
(31) 3079-3478
FINAIS DE SEMANA E FERIADOS
(31) 9 9977-2860

Notícias da Amagis pelo
Whatsapp ou Telegram
(31) 99881-4367

Plano oferece consulta online para suspeita de Covid-19

Podem ser usados computador, notebook, tablet ou celular

Os usuários da Amagis Saúde têm mais um aliado na luta contra o novo coronavírus (Convid-19). O plano disponibilizou em seu site (amagissaude.com.br), e no da Associação (amagis.com.br), um sistema de consulta online exclusivo para os associados com suspeita de contaminação da doença.

O atendimento é feito em duas etapas: na primeira, o usuário é atendido pela Carol, uma enfermeira virtual e, na segunda, caso necessário, o associado marcará a consulta. Os atendimentos poderão ser agendados de segunda a sexta-feira, de 8h às 18h, de acordo com a disponibilidade de horários. O sistema online para a marcação de consulta fica disponível 24 horas por dia.

Para ser atendido, o usuário do plano precisa ter em mãos um documento oficial de identidade com foto e a carteira da Amagis Saúde. Ao incluir a consulta virtual entre as medidas de prevenção ao coronavírus, a diretoria da Associação pretende evitar que os associados saiam de casa e se exponham ao contágio.

A teleconsulta está regulamentada pelo Ministério da Saúde e pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e, sobre ela, incide a cobrança da taxa de coparticipação. Não serão realizados atendimentos online com especialidades que não tenham relação com os casos suspeitos de Covid-19.

Consultas pela internet foram autorizadas pela ANS

REQUISITOS TÉCNICOS

Para realizar a consulta, o associado deverá usar computador, notebook, tablet ou celular, todos equipados com câmera e microfone. O serviço de internet utilizado deve ter qualidade suficiente para transmissão de áudio e vídeo.

O acesso ao sistema utilizado para a consulta deverá ser feito com cinco minutos de antecedência do horário marcado para que sejam feitos ajustes de vídeo e áudio, caso necessários. Em caso de dúvidas, o associado deve enviar um e-mail para teleconsulta@amagis.com.br.●

Atendimento virtual é válido para outras áreas

Plano habilitou 30 especialidades para consultas remotas

Além de oferecer consulta online para os casos suspeitos de Covid-19, a Amagis Saúde está habilitando prestadores de serviços de diversas especialidades médicas para atender os usuários do plano de maneira remota. A inciativa tem como objetivo evitar deslocamentos e aglomerações em clínicas e consultórios.

Para realizar a consulta remota, o usuário do plano deverá fazer a solicitação por e-mail para o endereço eletrônico credenciamento@amagis.com.br. O pedido será autorizado se estiver de acordo com os atos normativos vigentes do Ministério da Saúde, Agência Nacional de Saúde Suplementar e do Conselho Federal de Medicina.

Até o momento, o plano habilitou 30 diferentes especialidades para a realização da consulta remota. A lista de prestadores autorizados para o serviço está disponível no site amagissaude.com.br. Caso o associado faça acompanhamento com um profissional que não esteja habilitado, é possível indicá-lo pelo e-mail credenciamento@amagis.com.br.●

ANS Nº 41669-0